

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siuffi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2402/2020-PGJ, DE 9.7.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 10.7.2020, a Portaria nº 3621/2019-PGJ, de 30.9.2019, que designou o Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da comarca de Corumbá.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2403/2020-PGJ, DE 9.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Corumbá, Viviane Zuffo Vargas Amaro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da referida Comarca, a partir de 10.7.2020, pelo período de 1 (um) ano.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1814/2020-PGJ, DE 21.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros, sendo 10 (dez) dias referentes ao período aquisitivo 2018/2019 e 20 (vinte) dias referentes ao período aquisitivo 2019/2020, que seriam usufruídos no período de 6.4 a 5.5.2020, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3805/2016).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2385/2020-PGJ, DE 6.7.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de julho de 2020, nos termos da Resolução nº 20/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
4 e 5.7.2020	2ª PJ de Fátima do Sul	Rodrigo Cintra Franco	98478-2044
11 e 12.7.2020	2ª PJ de Ivinhema	Allan Thiago Barbosa Arakaki	99866-7689 (44) 99775-3021
18 e 19.7.2020	PJ de Glória de Dourados	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
25 e 26.7.2020	PJ de Deodápolis	Anthony Allison Brandão Santos	99312-5568
REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL			
4 e 5.7.2020	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127 99905-8114
11 e 12.7.2020	PJ de Nova Alvorada do Sul	Maurício Mecelis Cabral	99825-0691
18 e 19.7.2020	1ª PJ de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	98478-2317
25 e 26.7.2020	PJ de Nova Alvorada do Sul	Maurício Mecelis Cabral	99825-0691
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
4 e 5.7.2020	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati	98478-2027
11 e 12.7.2020	1ª PJ de Nova Andradina	Alexandre Rosa Luz	98478-2042
18 e 19.7.2020	PJ de Anaurilândia	Edival Goulart Quirino	99276-6748
25 e 26.7.2020	PJ de Batayporã	Fabricio Secafen Mingati	98478-2027
REGIÃO 4 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA E MARACAJU			
4 e 5.7.2020	2ª PJ de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	98478-2041
11 e 12.7.2020	1ª PJ de Maracaju	Simone Almada Goes	98478-2297
18 e 19.7.2020	3ª PJ de Sidrolândia	Bianka Machado Arruda Mendes	99922-9568
25 e 26.7.2020	2ª PJ de Sidrolândia	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	98478-2106
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAQUEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
4 e 5.7.2020	1ª PJ de Mundo Novo	Lenize Martins Lunardi Pedreira	99662-7952
11 e 12.7.2020	PJ de Eldorado	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	99312-6077
18 e 19.7.2020	PJ de Sete Quedas	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
25 e 26.7.2020	2ª PJ de Mundo Novo	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219
REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ			
4 e 5.7.2020	1ª PJ de Naviraí	Paulo da G. Riquelme de Macedo Júnior	99977-4355
11 e 12.7.2020	4ª PJ de Naviraí	Juliana Martins Zaupa	99825-9158
18 e 19.7.2020	1ª PJ de Caarapó	Fernanda Rotilli Dias	99980-3294 98478-2066
25 e 26.7.2020	3ª PJ de Naviraí	Leticia Rossana P. F. Berto de Almada	98121-1881
REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI E PONTA PORÃ			
4 e 5.7.2020	2ª PJ de Amambai	Michel Maesano Mancuelho	99312-2678
11 e 12.7.2020	3ª PJ de Amambai	Nara Mendes dos Santos Fernandes	98478-2068
18 e 19.7.2020	3ª PJ de Amambai	Nara Mendes dos Santos Fernandes	98478-2068
25 e 26.7.2020	3ª PJ de Amambai	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
4 e 5.7.2020	2ª PJ de Miranda	Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca	99686-4464
11 e 12.7.2020	3ª PJ de Aquidauana	Antenor Ferreira de Rezende Neto	99958-4545
18 e 19.7.2020	3ª PJ de Aquidauana	Antenor Ferreira de Rezende Neto	99958-4545
25 e 26.7.2020	PJ de Dois Irmãos do Buriti	João Meneghini Girelli	99691-2601



REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA			
4 e 5.7.2020	3ª PJ de Coxim	Victor Leonardo de Miranda Taveira	99933-4292
11 e 12.7.2020	PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Bucker	99922-8507
18 e 19.7.2020	2ª PJ de Coxim	Daniella Costa da Silva	98478-2397
25 e 26.7.2020	1ª PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Bucker	99922-8507
REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA			
4 e 5.7.2020	1ª PJ de Cassilândia	Pedro de Oliveira Magalhães	99933-1249
11 e 12.7.2020	1ª PJ de Cassilândia	Pedro de Oliveira Magalhães	99933-1249
18 e 19.7.2020	2ª PJ de Costa Rica	Bolivar Luis da Costa Vieira	98478-2340
25 e 26.7.2020	2ª PJ de Chapadão do Sul	Fernanda Proença de Azambuja	99831-0396
REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			
4 e 5.7.2020	1ª PJ de Ap. do Taboado	Oscar de Almeida Bessa Filho	98478-1495
11 e 12.7.2020	2ª PJ de Paranaíba	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
18 e 19.7.2020	1ª PJ de Paranaíba	Juliana Nonato	98478-2419
25 e 26.7.2020	2ª PJ de Ap. do Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino	98478-2028
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
4 e 5.7.2020	1ª PJ de Bataguassu	Patrícia Almirão Padovan	99985-9192
11 e 12.7.2020	2ª PJ de Bataguassu	Edival Goulart Quirino	99678-8080
18 e 19.7.2020	PJ de Brasilândia	Adriano Barrozo da Silva	99312-3965
25 e 26.7.2020	PJ de Água Clara	Felipe Almeida Marques	99312-6009
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
4 e 5.7.2020	PJ de Rio Negro	Juliana Pellegrino Vieira	99312-3912
11 e 12.7.2020	PJ de Rio Negro	Juliana Pellegrino Vieira	99312-3912
18 e 19.7.2020	PJ de Bandeirantes	Paulo Henrique Mendonça de Freitas	99262-5572
25 e 26.7.2020	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
4 e 5.7.2020	PJ de Bela Vista	William Marra Silva Junior	98462-9239
11 e 12.7.2020	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142
18 e 19.7.2020	2ª PJ de Bonito	Alexandre Estuqui Junior	98478-2070
25 e 26.7.2020	1ª PJ de Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado	99982-4518

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1850/2020-PGJ, DE 22.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Juliano Albuquerque 27 (vinte e sete) dias de férias, que seriam usufruídas no período de 28.4 a 24.5.2020, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/4024/2016), conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
2019/2020	Regulamentares	20	28.4 a 17.5.2020
2016/2017	Remanescentes	7	18 a 24.5.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2393/2020-PGJ, DE 8.7.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Reynaldo Hilst Mattar 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 1º a 8.10.2018, a serem usufruídos nos dias 13 e 14.7.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2400/2020-PGJ, DE 9.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar na Portaria nº 2303/2020-PGJ, de 30.6.2020, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao segundo semestre de 2020, o Promotor de Justiça abaixo relacionado:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Anthony Allison Brandão Santos				1º a 10.7.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

AVISO Nº 19/2020/CSMP

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e V do art. 7º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, comunica aos Membros do Ministério Público a renúncia, a pedido, ao mandato de Conselheiro do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público – biênio 2019/2020, formalizada pelo Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf, em virtude de sua posse no cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público que ocorrerá no dia 10 de julho de 2020.

Campo Grande, 9 de julho de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS****AVISO DE RETIFICAÇÃO Nº 034/2020-GED****XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

A Presidente da Comissão do XXII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no DOMP nº 2031, de 16 de agosto de 2019, **RETIFICA o Aviso nº 033/2020 – GED**, publicado no DOMP nº 2.241, de 09 de julho de 2020, no item 1:

ONDE SE LÊ:**1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO****1.1 COMARCA DE CAMPO GRANDE**

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito (GED) – situada na unidade do MPMS localizada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

MATUTINO

CANDIDATO(A)	POSICÃO
HENRIQUE PEREIRA GISOATO	107º

LEIA-SE:**1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO****1.2 COMARCA DE CAMPO GRANDE**

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito (GED) – situada na unidade do MPMS localizada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

MATUTINO

CANDIDATO(A)	POSICÃO
HENRIQUE FERREIRA GISOATO	107º

As demais informações publicadas no Aviso 033/2020-GED, de 09/07/2020 permanecem inalteradas.

Campo Grande, 09 de julho de 2020.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito



COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/3926/2017 – PARTES:

Doador: **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por sua Secretária-Geral, **Bianka Karina Barros da Costa**.

Donatário: **1ª Companhia Independente da Polícia Militar de Bonito/MS**, representada por seu Subcomandante da 1ª CIPM – Cap QAOPM **Francisco Solano Espindola**.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Armário alto: 4 unidades

Armário baixo: 1 unidade

Data: 16.10.2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/1930/2020

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 15/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Valor contratual total: R\$ 25.130,00 (vinte cinco mil cento e trinta reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2020NE000252, 2020NE000253 e 2020NE000254, todas de 24.06.2020.

Vigência: 1º.07.2020 a 1º.07.2021.

Data de assinatura: 1º de julho de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/1951/2020

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 15/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Valor contratual total: R\$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2020NE000263 e 2020NE000264, todas de 29.06.2020.

Vigência: 03.07.2020 a 03.07.2021.

Data de assinatura: 03 de julho de 2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/PGJ/2019 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.121 DE 10 DE JANEIRO DE 2020 (PÁGINA 5) E NO DOMP-MS Nº 2.183 DE 13 DE ABRIL DE 2020 (PÁGINA 23) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2705/2019

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **NM TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI**, representada por **Elaine Teresinha da Silva**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 16/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de processamento de dados (cartuchos, mídias, discos rígidos, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Apoio ergonômico para os pés, confeccionado em plástico resistente (ABS), estrutura metálica, pés antiderrapantes. Medidas aproximadas 45 cm x 30 cm (admitindo-se 5 cm para mais ou para menos). Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Maxprint, Aidata, Waleu, Multilaser ou Q-Connect. Marca: Não registrada.	Unidade	300	Não registrado
5	Cartucho para impressora, HP Designjet 711 - T120, T520, Preto, 38ml. Marca de referência HP ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: INKOMPANY / Fabricante: Top Print / Modelo: 711XL Preto.	Unidade	50	150,00
6	Cartucho para impressora, HP Designjet 711 - T120, T520, Cyan, 29ml. Marca de referência HP ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: INKOMPANY / Fabricante: Top Print / Modelo: 711XL Ciano.	Unidade	50	147,59
7	Cartucho para impressora, HP Designjet 711 - T120, T520, Magenta, 29ml. Marca de referência HP ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: INKOMPANY / Fabricante: Top Print / Modelo: 711XL Magenta.	Unidade	50	148,82
8	Cartucho para impressora, HP Designjet 711 - T120, T520, Yellow, 29ml. Marca de referência HP ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: INKOMPANY / Fabricante: Top Print / Modelo: 711XL Amarelo.	Unidade	50	145,34
14	Filtro de Linha com no mínimo 8 tomadas 2P+T novo padrão brasileiro, interruptor (chave liga/desliga), indicação luminosa, proteção contra interferência eletromagnética e radiofrequência, fusível para proteção de rede elétrica, Bivolt 110V/220V. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	150	Não registrado
15	Fita de impressão (ribbon) colorida no mínimo 250 impressões, compatível com impressora Fargo DTC1000. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	10	Não registrado
19	Mídia CD-R (CD Gravável), com capacidade mínima de 700 MB/80 minutos. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Sony, Philips ou LG. Marca: Não registrada.	Unidade	500	Não registrado
20	Mídia DVD-R, com capacidade mínima de 4.7 GB, 1X-8X lacrado. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Sony, Philips ou LG. Marca: Não registrada.	Unidade	1.000	Não registrado
28	Toner para fax impressora Brother Intellifax 2820 - TN350, Preto, marca de referência: Brother ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 26 de dezembro de 2019.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/PGJ/2019 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.121 DE 10 DE JANEIRO DE 2020 (PÁGINA 6) E NO DOMP Nº 2.183 DE 13 DE ABRIL DE 2020 (PÁGINA 24) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2705/2019

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **TC COMÉRCIO EIRELI**, representada por **Marcia Tenorio de Oliveira**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 16/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de processamento de dados (cartuchos, mídias, discos rígidos, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Apoio ergonômico para os pés, confeccionado em plástico resistente (ABS), estrutura metálica, pés antiderrapantes. Medidas aproximadas 45 cm x 30 cm (admitindo-se 5 cm para mais ou para menos). Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Maxprint, Aidata, Waleu, Multilaser ou Q-Connect. Marca: Não registrada.	Unidade	300	Não registrado
16	Fone de ouvido: sistema acústico aberto ou semiaberto, impedância 32Ohm ou superior, sensibilidade 96 dB ou superior, diâmetro mínimo da caixa acústica 40 mm. Conexão por cabo unilateral, comprimento do cabo de no mínimo 2m, conector com acabamento cromado. Deverá acompanhar o produto plugue do adaptador: 3,5 a 6,3 mm. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marcas de Referência: AKG, Sony, Behringer ou Philips. Marca: Sony / Modelo: MDR-ZX110	Unidade	200	71,37
14	Filtro de Linha com no mínimo 8 tomadas 2P+T novo padrão brasileiro, interruptor (chave liga/desliga), indicação luminosa, proteção contra interferência eletromagnética e radiofrequência, fusível para proteção de rede elétrica, Bivolt 110V/220V. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	150	Não registrado
15	Fita de impressão (ribbon) colorida no mínimo 250 impressões, compatível com impressora Fargo DTC1000. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	10	Não registrado
19	Mídia CD-R (CD Gravável), com capacidade mínima de 700 MB/80 minutos. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Sony, Philips ou LG. Marca: Não registrada.	Unidade	500	Não registrado
20	Mídia DVD-R, com capacidade mínima de 4.7 GB, IX-8X lacrado. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Sony, Philips ou LG. Marca: Não registrada.	Unidade	1.000	Não registrado
28	Toner para fax impressora Brother Intellifax 2820 - TN350, Preto, marca de referência: Brother ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 26 de dezembro de 2019.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/PGJ/2019 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.121 DE 10 DE JANEIRO DE 2020 (PÁGINA 7) E NO DOMP-MS Nº 2.183 DE 13 DE ABRIL DE 2020 (PÁGINA 25) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2705/2019

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **SEGINFO COMÉRCIO & SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI**, representada por **Andre Gustavo Mendes Muniz de Andrade**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 16/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de processamento de dados (cartuchos, mídias, discos rígidos, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Apoio ergonômico para os pés, confeccionado em plástico resistente (ABS), estrutura metálica, pés antiderrapantes. Medidas aproximadas 45 cm x 30 cm (admitindo-se 5 cm para mais ou para menos). Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Maxprint, Aidata, Waleu, Multilaser ou Q-Connect. Marca: Não registrada.	Unidade	300	Não registrado
14	Filtro de Linha com no mínimo 8 tomadas 2P+T novo padrão brasileiro, interruptor (chave liga/desliga), indicação luminosa, proteção contra interferência eletromagnética e radiofrequência, fusível para proteção de rede elétrica, Bivolt 110V/220V. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	150	Não registrado
15	Fita de impressão (ribbon) colorida no mínimo 250 impressões, compatível com impressora Fargo DTC1000. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	10	Não registrado
18	Gravador de DVD e CD/RW Externo Slim, tipo de dispositivo: Drive de DVD±RW. Interface: USB 2.0 ou superior Velocidade de leitura: 24x (CD) / 8x (DVD) ou superior. Velocidade de gravação: 24x (CD) / 8x (DVD±R) / 8x (DVD±R DL) ou superior. Velocidade de regravação: 24x (CD) / 8x (DVD) ou superior. Armazenagem óptica: DVD±RW. Compatível com sistema Windows 7, 8, 8.1 e 10. Garantia de mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: BLUEVIX.	Unidade	100	109,11
19	Mídia CD-R (CD Gravável), com capacidade mínima de 700 MB/80 minutos. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Sony, Philips ou LG. Marca: Não registrada.	Unidade	500	Não registrado
20	Mídia DVD-R, com capacidade mínima de 4.7 GB, 1X-8X lacrado. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Sony, Philips ou LG. Marca: Não registrada.	Unidade	1.000	Não registrado
28	Toner para fax impressora Brother Intellifax 2820 - TN350, Preto, marca de referência: Brother ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 26 de dezembro de 2019.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/PGJ/2019 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.121 DE 10 DE JANEIRO DE 2020 (PÁGINA 8) E NO DOMP-MS Nº 2.183 DE 13 DE ABRIL DE 2020 (PÁGINA 26) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2705/2019

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **VC COMÉRCIO EIRELI**, representada por **Vinicius Clark Paiva**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 16/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de processamento de dados (cartuchos, mídias, discos rígidos, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Apoio ergonômico para os pés, confeccionado em plástico resistente (ABS), estrutura metálica, pés antiderrapantes. Medidas aproximadas 45 cm x 30 cm (admitindo-se 5 cm para mais ou para menos). Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Maxprint, Aidata, Waleu, Multilaser ou Q-Connect. Marca: Não registrada.	Unidade	300	Não registrado
14	Filtro de Linha com no mínimo 8 tomadas 2P+T novo padrão brasileiro, interruptor (chave liga/desliga), indicação luminosa, proteção contra interferência eletromagnética e radiofrequência, fusível para proteção de rede elétrica, Bivolt 110V/220V. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	150	Não registrado
15	Fita de impressão (ribbon) colorida no mínimo 250 impressões, compatível com impressora Fargo DTC1000. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	10	Não registrado
19	Mídia CD-R (CD Gravável), com capacidade mínima de 700 MB/80 minutos. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Sony, Philips ou LG. Marca: Não registrada.	Unidade	500	Não registrado
20	Mídia DVD-R, com capacidade mínima de 4.7 GB, 1X-8X lacrado. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Sony, Philips ou LG. Marca: Não registrada.	Unidade	1.000	Não registrado
26	Suporte compacto para monitor, fabricado em polipropileno ou material plástico resistente, para utilização em monitores CRT (tubo) de até 19 (dezenove) polegadas e para monitores LCD de até 23 (vinte e três) polegadas, cor preta, sistema antideslizamento na base, medidas aproximadas: 12 cm x 26 cm (A x D, admitindo-se 2 cm para mais ou para menos). Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca:XBOM.	Unidade	200	46,78
28	Toner para fax impressora Brother Intellifax 2820 - TN350, Preto, marca de referência: Brother ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 26 de dezembro de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/PGJ/2019 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.121 DE 10 DE JANEIRO DE 2020 (PÁGINA 9) E NO DOMP Nº 2.183 DE 13 DE ABRIL DE 2020 (PÁGINA 27) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2705/2019

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **EVOQUE LOGÍSTICA E CONSTRUÇÕES EIRELI**, representada por **Larissa de Oliveira Alves**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 16/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de processamento de dados (cartuchos, mídias, discos rígidos, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Apoio ergonômico para os pés, confeccionado em plástico resistente (ABS), estrutura metálica, pés antiderrapantes. Medidas aproximadas 45 cm x 30 cm (admitindo-se 5 cm para mais ou para menos). Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Maxprint, Aidata, Waleu, Multilaser ou Q-Connect. Marca: Não registrada.	Unidade	300	Não registrado
14	Filtro de Linha com no mínimo 8 tomadas 2P+T novo padrão brasileiro, interruptor (chave liga/desliga), indicação luminosa, proteção contra interferência eletromagnética e radiofrequência, fusível para proteção de rede elétrica, Bivolt 110V/220V. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	150	Não registrado
15	Fita de impressão (ribbon) colorida no mínimo 250 impressões, compatível com impressora Fargo DTC1000. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	10	Não registrado
19	Mídia CD-R (CD Gravável), com capacidade mínima de 700 MB/80 minutos. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Sony, Philips ou LG. Marca: Não registrada.	Unidade	500	Não registrado
20	Mídia DVD-R, com capacidade mínima de 4.7 GB, IX-8X lacrado. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Sony, Philips ou LG. Marca: Não registrada.	Unidade	1.000	Não registrado
28	Toner para fax impressora Brother Intellifax 2820 - TN350, Preto, marca de referência: Brother ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado
32	Adaptador display port (macho) x VGA (fêmea), comprimento mínimo 10 cm. Marca: MD9.	Unidade	500	17,22
33	Hard Disk (Disco Rígido) Externo Portátil - Capacidade de armazenamento 1 TB (um terabyte), disco rígido de 2,5" ou 3,5"; Plug and play; taxa de transferência de no mínimo 6Gb/S; USB 2.0 ou superior; compatível com PC e MAC; alimentação através de USB. Deve acompanhar o produto o cabo USB 2.0 ou superior. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Seagate.	Unidade	100	234,11
34	Hard Disk (Disco Rígido) Externo Portátil - Capacidade de armazenamento 3 TB (três terabytes), Disco rígido de 2,5" ou 3,5"; Plug and play; taxa de transferência de no mínimo 6Gb/S; interface usb 2.0 ou superior; compatível com PC e MAC; alimentação através de USB. Deve acompanhar o produto o cabo USB 2.0 ou superior. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Seagate.	Unidade	100	515,64
35	Hard Disk (Disco Rígido) Externo Portátil - Capacidade de armazenamento 8 TB (oito terabytes), Disco rígido de 2,5" ou 3,5"; Plug and play; taxa de transferência de no mínimo 6Gb/S; interface USB 2.0 ou superior; compatível com PC e MAC; alimentação através de USB. Deve acompanhar o produto o cabo USB 2.0 ou superior. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Seagate.	Unidade	100	873,94

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 26 de dezembro de 2019.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0020/2020/25PJ/CGR**

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a Conversão do Procedimento Preparatório no Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000019-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dyone Dias Luzini – Rondocursos – com sede na Avenida Tiradentes, n. 2292, Centro – CEP: 78700-028, Rondonópolis – MT.

Assunto: Apurar eventual descumprimento de contrato quanto a prestação de serviço de curso de bombeiro civil herói mirim, realizado sem as devidas condições de estrutura e segurança, o que acarreta risco aos menores (crianças e adolescentes) aderentes ao curso, bem como, cobrança de multa em caso de cancelamento.

Campo Grande/MS, 09 de julho de 2020.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0021/2020/25PJ/CGR

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório no Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000018-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul – CASSEMS – Com sede na rua Antônio Maria Coelho, n. 6.065, Bairro Vivenda do Bosque - CEP 79021-170, Campo Grande - MS

Assunto: Apurar a legalidade da quebra de contrato da CASSEMS junto aos médicos otorrinos e eventual prejuízo aos consumidores.

Campo Grande/MS, 09 de julho de 2020.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0022/2020/25PJ/CGR**

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório no Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001440-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Águas Guariroba S/A – com sede na Rua Antônio Maria Colho, n. 5401, Santa Fé – CEP: 79021-170, Campo Grande-MS

Assunto: averiguar a existência de dano aos consumidores (dano coletivo) com problemas em seus hidrômetros de água, em relação à leitura de consumo mesmo estando o registro fechado.

Campo Grande/MS, 09 de julho de 2020.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0023/2020/25PJ/CGR

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório no Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001438-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Yule Produções e Eventos Ltda EPP

Assunto: apurar eventual inobservância da legislação que dá direito à venda de ingresso de meia-entrada no show da cantora Ana Carolina.

Campo Grande/MS, 09 de julho de 2020.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA
Promotor de Justiça

DOURADOS

EDITAL N. 0007/2020/17PJ/DOS

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis n. 09.2020.00002136-9

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido(s): Município de Dourados, Município de Laguna Carapã.

Assunto: Acompanhar o cumprimento pelos Municípios de Dourados/MS e Laguna Carapã/MS da Recomendação Conjunta n. 0002/2020 - Complementar 03.

Dourados/MS, 03 de julho de 2020.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL
Promotor de Justiça



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

IGUATEMI

RECOMENDAÇÃO N. 0005/2020/PJ/IGU

(Referente ao Inquérito Civil n. 06.2020.00000825-5)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio do Promotor de Justiça do Patrimônio Público de Iguatemi/MS, com base em suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 37, *caput*, da Constituição Federal, “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”;

CONSIDERANDO que o acesso ao serviço público por meios isonômicos é um direito fundamental do cidadão que deve merecer as proativas garantias de todos os operadores do direito, devendo ser o ingresso precedido de um procedimento impessoal onde se assegurem igualdade de oportunidades a todos interessados nos encargos oferecidos pelo Estado, a quem incumbe selecionar os mais adequados mediante critérios objetivos – salvaguardando-se as nomeações fora dos casos de concurso público como excepcionais e sempre em casos limitados à estrita observância da legislação e dos Princípios Constitucionais;

CONSIDERANDO que tais princípios visam resguardar o interesse público na tutela dos bens da coletividade, sendo que, dentre eles, o da moralidade e o da impessoalidade exigem que o agente público paute sua conduta por padrões éticos que têm por fim último alcançar a consecução do bem comum, independentemente da esfera de poder em que atue;

CONSIDERANDO que, *a contrario sensu* do que apregoa como escorreito o Prof. Emerson Garcia ao tratar do nepotismo, agentes públicos que não ostentam equilíbrio e retidão de caráter não conseguem manter incólume a dicotomia entre o *público* e o *privado*, fazendo com que sentimentos de ordem pessoal contaminem e desvirtuem a atividade pública que se propuseram a desempenhar (Improbidade administrativa, 7ª ed., Saraiva, 2013, p. 570), acrescentando-se, desempenhar única e exclusivamente no interesse público, em favor do povo, real detentor do poder;

CONSIDERANDO que a situação existente e notória neste Município de nomeação de servidores que possuem vínculo de parentesco com autoridades municipais, tais como secretários municipais e vereadores, para cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, bem como para funções de confiança, o que faz com que a administração municipal se torne um verdadeiro “negócio”, um jogo de interesses escusos chamado “nepotismo”, onde o mérito não é levado em conta, mas sim o sangue que corre nas veias dos beneficiários;

CONSIDERANDO que a ausência do requisito da impessoalidade na escolha ofende os princípios da eficiência e da igualdade, pois é fato público e notório que o critério de escolha não é a capacidade, nem a aptidão para o trabalho, mas fator outro, sempre antiético, imoral e antirrepublicano, a ferir o senso comum, que é justamente a concessão de cargos e funções na Administração Pública pela relação de parentesco que tem entre si ou com um agente político aliado;

CONSIDERANDO que, por ofensa a tais princípios, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução n. 07/2005, acabando com o nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário (contratação de parentes de Magistrados, até o terceiro grau, para cargos de chefia, direção e assessoramento) e considerando nulos os atos assim caracterizados (art. 1º);

CONSIDERANDO que, como era esperado, a questão chegou ao Supremo Tribunal Federal, que reconheceu não só a constitucionalidade da referida Resolução, mas também que a vedação ao nepotismo se estende aos demais Poderes, pois decorre diretamente dos princípios contidos no art. 37, *caput*, da CF, tendo aquela Resolução apenas disciplinado, em maior detalhe, aspectos dessa restrição que são próprios à atuação dos órgãos jurisdicionais. “Ressaltou-se que o fato de haver diversos atos normativos no plano federal que vedam o nepotismo não significaria que somente leis em sentido formal ou outros diplomas regulamentares fossem aptos para coibir essa prática, haja vista que os princípios constitucionais, que não configuram meras recomendações de caráter moral ou ético, consubstanciam regras jurídicas de caráter prescritivo, hierarquicamente superiores às demais e positivamente vinculantes, sendo sempre dotados



de eficácia, cuja materialização, se necessário, pode ser cobrada por via judicial. Assim, tendo em conta a expressiva densidade axiológica e a elevada carga normativa que encerram os princípios contidos no *caput* do art. 37 da CF, concluiu-se que a proibição do nepotismo independe de norma secundária que obste formalmente essa conduta. Ressaltou, ademais, que admitir que apenas ao Legislativo ou ao Executivo fosse dado exaurir, mediante ato formal, todo o conteúdo dos princípios constitucionais em questão, implicaria mitigar os efeitos dos postulados da supremacia e harmonização da Carga Magna, subvertendo-se a hierarquia entre essa e a ordem jurídica em geral. RE 579951/RN, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 20.8.2008. (RE-579951)” (Julgamentos e Súmulas do STF e STJ, organizadora Tânia Regina Trombini Faga, editora Método, 2009, p. 98);

CONSIDERANDO que, em se reconhecendo a autoaplicabilidade dos princípios constitucionais estabelecidos no art. 37, *caput*, da Carta da República – aliás, diga-se de passagem, hoje não mais se discute a força normativa dos princípios constitucionais, que não têm mero caráter moral ou ético –, o Supremo Tribunal Federal aprovou a Súmula Vinculante n. 13, cujo verbete, com efeito *erga omnes*, tem a seguinte redação: "A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”;

CONSIDERANDO, noutro vértice, que a Câmara Municipal não possui personalidade jurídica, conforme ensina o ilustre jurista HELY LOPES MEIRELLES: “Certo é que a Câmara não tem personalidade jurídica, mas tem personalidade judiciária. Pessoa jurídica é o Município.” (Direito Municipal Brasileiro, 14ª ed., Malheiros, p. 612 – negrito não existente);

CONSIDERANDO que o parentesco que caracteriza nepotismo pode ser sanguíneo ou por afinidade, na linha reta ou colateral, conforme quadro a seguir transcrito para fins de ilustração e esclarecimento:

GRAUS DE PARENTESCO PARA FINS DE NEPOTISMO

(Autoridade Nomeante e Cônjuge)

FORMAS DE PARENTESCO			GRAUS DE PARENTESCO		
			1º GRAU	2º GRAU	3º GRAU
Parentes Consanguíneos	Em linha reta	Ascendentes	PAIS (INCLUSIVE MADAstra E PADASTRO)	AVÓS	BISAVÓS
		Descendente	FILHOS	NETOS	BISNETOS
	Em linha colateral			IRMÃOS	TIOS E SOBRINHOS (E SEUS CÔNJUGES)
Parentes por Afinidade	Em linha reta	Ascendentes	SOGROS (INCLUSIVE MADAstra E PADASTRO DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO)	AVÓS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO	BISAVÓS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO
		Descendente	ENTEADOS, GENROS, NORAS (INCLUSIVE DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO)	NETOS (EXCLUSIVOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO)	BISNETOS (EXCLUSIVOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO)
	Em linha colateral			CUNHADOS (IRMÃOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO)	TIOS E SOBRINHOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO (E SEUS CÔNJUGES)

Observação: o cônjuge ou companheiro, embora não seja considerado parente, encontra-se sujeito às vedações contidas na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.



CONSIDERANDO, assim, que a Prefeita, Secretários Municipais e os Vereadores integram a mesma pessoa jurídica, no caso, o Município de Iguatemi/MS;

CONSIDERANDO, dessa forma, que a nomeação de parentes de vereadores, por parte da Prefeita, para cargos em comissão ou função de confiança (cargos de direção, chefia e assessoramento), configura nepotismo nos termos da Súmula transcrita e, de igual modo, o exercício, por servidor concursado, de função gratificada (Nesse sentido: TJSP, AgrInst 046925-74.2011.8.26.0000, Comarca Itapeva, Rel. Des. Carlos Eduardo Pachi, julg. 30.05.2011);

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civi nº 06.2020.00000825-5, cujo objeto é justamente apurar nepotismo na Prefeitura de Iguatemi/MS, pela contratação, sem concurso, de parentes de vereadores e secretário municipal, com viés político, de modo a atentar aos princípios constitucionais e ofender a Súmula Vinculante 13 do STF, em que ficou comprovada a existência de servidores na situação estampada;

CONSIDERANDO que o controle de frequência da Prefeitura de Iguatemi não é realizado totalmente por meio digital e os servidores ocupantes de cargo de confiança, sob o regime de dedicação integral, são dispensados pelo controle de jornada;

CONSIDERANDO que o controle de frequência adequado, feito por meio de registros de entradas e saídas que correspondam ao efetivamente trabalhado, permite identificar os servidores que desempenharam efetivamente suas jornadas, sendo que tal prática serve para comprovar a liquidação da despesa, cumprindo, assim, o art. 63 da Lei n. 4.320/1964, pois a legislação estabelece que *“a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito”*; sendo assim, todos os servidores titulares de cargos efetivos, empregados públicos, contratados por tempo determinado ou comissionados, devem ter a sua frequência diária controlada pela Administração Pública;

CONSIDERANDO que o princípio da eficiência, alçado ao patamar de princípio constitucional que rege a Administração Pública (art. 37, *caput*, da Constituição Federal), nas palavras de Meirelles, *“exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, já que não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”* (Meirelles, 2009, p. 98);

CONSIDERANDO que é crime previsto no artigo 299 do Código Penal, a conduta de *“omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”*, podendo o autor da falsidade, bem como o beneficiado direto ou indireto serem processados e condenados a pena de reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular;

CONSIDERANDO que o descumprimento da jornada de trabalho por qualquer servidor público deve ensejar o devido desconto em sua remuneração e, em caso de recebimento indevido, a restituição ao erário, além da eventual responsabilização do agente e dos responsáveis pela fiscalização por prática de ato de improbidade administrativa nos termos da Lei Federal n. 8.429/92;

CONSIDERANDO que o mundo contemporâneo está a exigir a implementação de mecanismos eficazes de solução dos conflitos intersubjetivos, ampliando-se o poder de cooperação da sociedade com o Estado, na difícil tarefa de administração da Justiça (modelo de *administração pública gerencial*, com lastro, mormente, no princípio da eficiência);

CONSIDERANDO que, atualmente, diversos órgãos públicos vêm adotando medidas mais rígidas para evitar que servidores laborem fora de suas dependências ou/e em descumprimento do expediente para o qual foram aprovados ou contratados;

CONSIDERANDO que o controle da frequência dos servidores relaciona-se ao exercício do Poder Hierárquico do agente público, que compreende as funções de ordenar, coordenar, corrigir e controlar as atividades desenvolvidas no âmbito interno da Administração Pública;



RESOLVE, com fulcro no art. 29, IV, da Lei Complementar n. 72, de 18 de janeiro de 1994 e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007, RECOMENDAR

i. a Exma. Prefeita Patrícia Derenusson Nelli Margatto Nunes que exonere (cargo em comissão), dispense de função de confiança, até a data de 31/08/2020, os servidores que se enquadrem nos critérios acima especificados, sem prejuízo da verificação e providências próprias que deverão ser feitas pelo destinatário desta recomendação para promover a desinvestidura do seu quadro funcional do servidores: a) comissionados, parentes de vereadores locais, até 3º grau inclusive, na linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, por violação à Súmula Vinculante n. 13 do STF nos termos retromencionados, além de promover a adequação de eventuais b) servidores concursados, parentes de vereadores e secretários municipais, até 3º grau inclusive, na linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, que exerçam função gratificada, c) e de servidores contratados mediante contrato temporário, salvo aqueles que já exerciam a função que ocupam anteriormente à posse da autoridade municipal com quem possui vínculo de parentesco;

i. Colha, no prazo de 30 (trinta) dias, de todos os servidores ocupantes de cargo em comissão, função gratificada ou de confiança e contratados declaração de inexistência de vínculo de parentesco com autoridades municipais, devendo constar da referida declaração a advertência das consequências legais (cíveis, administrativas e criminais) em casos de falsidade ideológica das informações prestadas pelo servidor;

i. Institua, no prazo de 30 (trinta) dias, o controle de frequência e horário por meio digital (ponto digital) para todos os servidores do município, inclusive para os ocupantes de cargo em comissão, função gratificada ou de confiança, salvo em locais da zona rural onde seja tecnicamente inviável, adotando-se nestas localidades folha de ponto manual, sem prejuízo da adoção e observância imediata do preenchimento da folha de frequência manual pelos servidores na mais esmerada fidelidade aos horários de entrada e saída destes (isto é, não apenas o controle "britânico", mas sim um controle efetivo, constando as horas EXATAS e retratando a JORNADA EFETIVAMENTE CUMPRIDA); imperioso, ainda, que se mantenha conexão entre o controle de frequência e o setor de recursos humanos, para as devidas providências em relação à remuneração, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Deverá a Prefeita Municipal informar e comprovar nesta Promotoria de Justiça, até a data de 06 de agosto de 2020, as providências adotadas, e publicar esta recomendação no Diário Oficial e no "Site" da Prefeitura, remetendo cópia da publicação a esta Promotoria de Justiça de Iguatemi/MS.

Em caso de não acatamento desta Recomendação, o Ministério Público Estadual adotará as medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, inclusive pela prática de ato de improbidade administrativa (Entendendo que nepotismo caracteriza ato de improbidade, cito: TJSP, 11ª Câ. de Direito Público, apelação cível 849.945.5/1-00 da Comarca de Valparaíso, votação unânime, jul. 02.03.2009), porquanto afastada a boa-fé justamente pelo teor desta Recomendação e pela aceitação, por conta e risco de Vossa Excelência, da manutenção dos servidores.

Iguatemi, 07 de julho de 2020.

FELIPE ALMEIDA MARQUES
Promotor de Justiça

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça



COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

DEODÁPOLIS

EDITAL N° 0002/2020/39 ZE/DPS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas N° 09.2020.00002139-1.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas n° 09.2020.00002139-1, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, n° 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Município de Deodápolis, Município de Glória de Dourados.

Objeto: Promover junto às Prefeituras e Câmaras Municipais de Deodápolis e de Glória de Dourados a obtenção de informações a serem disponibilizadas no SISCONTA ELEITORAL.

Deodápolis/MS, 8 de julho de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor Eleitoral.

RIO NEGRO

EDITAL N.º 23/2020

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, n° 305, Rio Negro/MS.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2020.00000623-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Caroline Aparecida Nogueira Sandim

Assunto: “Apurar desmatamento de 15,65 hectares em área de Savana Florestada, na Fazenda Ponte Alegre Área Desmembrada, no município de Corguinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 163/20/NUGeo (Programa DNA Ambiental - 2020).”

Rio Negro, 08 de julho de 2020

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA
Promotora de Justiça